

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: ARTICULAÇÕES NA DOCUMENTAÇÃO POLÍTICO-NORMATIVA DAS UNIDADES FEDERATIVAS DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Guilherme José Pavesi (guilherme.jose.p12@gmail.com)

Washington Cesar Shoiti Nozu (washingtonnozu@ufgd.edu.br)

Há cerca de 20 anos, a documentação político-normativa federal tem sinalizado, de forma sutil, as articulações entre a Educação Especial e a Educação do Campo, com vistas ao atendimento às necessidades educacionais específicas e às diferenças socioculturais. Importou a este trabalho deslocar a análise sobre as interfaces Educação Especial – Educação do Campo da produção textual político-normativa federal e direcioná-la para o âmbito da documentação das unidades federativas que compõem o Centro-Oeste brasileiro: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Assim, o trabalho teve como objetivo geral analisar a documentação político-normativa educacional das unidades federativas do Centro-Oeste brasileiro atinente às interfaces da Educação Especial e da Educação do Campo. Sobre a metodologia, o trabalho caracterizou-se como uma pesquisa documental, em arquivos públicos, de textos escritos oficiais. Os procedimentos para o levantamento de dados envolveram: identificação e seleção das fontes; leituras; fichamentos; e organização lógica do assunto. Os dados foram analisados em três eixos temáticos, a saber: a) estudantes da Educação Especial e da Educação do Campo; b) organização escolar da Educação do Campo; e c) atendimento educacional especializado na Educação do Campo. Foram encontrados 22 documentos, sendo quatro do Distrito Federal, seis de Goiás, seis de Mato Grosso do Sul e seis de Mato Grosso. A partir da análise e discussão dos documentos levantados, concluiu-se que há uma fragmentação e justaposição formal das políticas de Educação Especial e Educação do Campo. Também foi observado que há grandes possibilidades de desenvolvimento de interfaces entre as duas modalidades, porém, que não são aproveitadas e nem

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

desenvolvidas pelos documentos político-normativos das unidades federativas. Dessa forma, observou-se uma falta de orientações mais específicas em todos os eixos analisados sobre a Educação Especial dentro da Educação do Campo e vice-versa. Os documentos político-normativos definem como público alvo da Educação Especial os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; ao passo que a caracterização dos estudantes da Educação do Campo abrange todos os povos que produzem sua existência no meio rural. Constatou-se que os documentos levantados estabelecem uma política de Educação do Campo que prevê a flexibilização do funcionamento escolar envolvendo ajustes no calendário e diferentes formas de turmas e de ensino. Mas que não apresentam nenhum apontamento sobre como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) funcionará nessas diferentes formas de ensino. Conclui-se, assim, que o AEE na Educação do Campo é visto de uma perspectiva urbanocêntrica e que, dessa forma, há necessidade de pesquisas e mobilizações que explorem maiores possibilidades dessas interfaces para que possam ser integradas às políticas e consolidadas no cotidiano desses estudantes.

Agradecemos ao CNPq pelo fomento desta pesquisa.